



PROJETO |

FOME E POBREZA NA BAHIA

PANORAMA E EVIDÊNCIAS
PARA O ENFRENTAMENTO
DA FOME E POBREZA NO
ESTADO DA BAHIA



SALVADOR
Março de 2023

publicações
SEI



PROJETO |

FOME E POBREZA NA BAHIA

**PANORAMA E EVIDÊNCIAS
PARA O ENFRENTAMENTO
DA FOME E POBREZA NO
ESTADO DA BAHIA**





Institucional

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS

Jonatas Silva do Espírito Santo

Ficha Técnica

Equipe de Elaboração

Jonatas Silva do Espírito Santo
Lis Helena de Souza Borges
Silvânia Ferreira Conceição
Ítalo Estrela de Souza Sá
Rodrigo Barbosa de Cerqueira
Enézio de Deus Silva Júnior
Gabriel Oliveira Barbosa
Luis Andre de Aguiar Alves
Armando Affonso de Castro Neto
Ivana Silva de Jesus
Marcelo Nunes Dourado Rocha

Editoria-geral

Elisabete Cristina Barretto Guanais

Produção

Ludmila Nagamatsu

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Capa

Julio Vilela

Adaptação do Projeto Gráfico

Elisabete Cristina Barretto Guanais

Editoração

Impressão/Acabamento

Vinicius Luz



Sumário

5	Lista de abreviaturas e siglas
7	Apresentação
9	Panorama da fome e pobreza no estado da Bahia
23	Experiências selecionadas
27	Apontamentos e evidências
27	Políticas sociais
28	Políticas de transferência de renda
29	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
31	Cozinhas Comunitárias
31	Economia Solidária
33	Limitações e complexidades
35	Próximos passos
37	Referências
43	Glossário





Lista de abreviaturas e siglas

CadÚnico	Cadastro Único
CECANES	Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição
CPF	Cadastro de pessoa física
Cuidar	Centro Unificado de Inclusão, Desenvolvimento, Assistência e Referência Social
DIPEQ	Diretoria de Pesquisas
EBIA	Escala Brasileira de Segurança Alimentar
Fecop	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
GPTes	Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
GT	Grupo de trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
InfoVis Bahia	Portal de aplicativos interativos de visualização de dados da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPF	Índice de Pobreza Familiar
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEIs	Microempreendedores Individuais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBAD	Pesquisa Baiana por Amostra de Domicílios
PIB	Produto Interno Bruto
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Planos Plurianuais
PPC	Paridade do Poder de Compra
PSR	População em Situação de Rua
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
RN	Rio Grande do Norte
SAC	Serviço do Atendimento ao Cidadão
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEIColab	Canal de comunicação para elaboração de estudos multidisciplinares da SEI
SIMM	Serviço Municipal de Intermediação de Mão-de-obra
UF	Unidades da Federação
VUC	Veículo Urbano de Carga





Apresentação

O Brasil voltou ao mapa da fome e as ações de enfrentamento tornam-se ainda mais urgentes. Mais de 33 milhões de brasileiros passavam fome (Insegurança Alimentar grave), de acordo com os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2022). A pesquisa anterior, produzida em 2021, já mostrava os efeitos da pandemia, visto que 19,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar grave, segundo os critérios da Escala Brasileira de Segurança Alimentar – EBIA (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2021). Resultado da descontinuidade de políticas públicas, agravamento da crise econômica e ampliação das desigualdades sociais, em um ano, mais de 14 milhões de brasileiros passaram para a condição de fome no país.

Na Bahia, ainda segundo dados da Rede PENSSAN, a fome atingiu 1,9 milhão de baianos, o que representava 12,9% da população do estado. Mais da metade da população (62,6%) apresentou algum nível de insegurança alimentar, o que significa que 6 em cada 10 domicílios baianos estavam preocupados quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2022).

Com objetivo de produzir informações qualificadas para subsidiar a elaboração de políticas públicas para o estado, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) criou o Grupo de Trabalho (GT) para elaboração de diagnóstico e produção de evidências científicas a fim de subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de

políticas públicas destinadas a erradicação da miséria, redução da pobreza e o combate a fome no Estado da Bahia.

Este documento é fruto do trabalho de levantamento e sistematização de indicadores, políticas públicas e pesquisas, realizado pelo GT da SEI sobre os temas, conforme previsto pela Portaria SEI nº 04 de 24 de janeiro de 2023 (BAHIA, 2023). Para caracterizar a realidade do estado, foram utilizados dados oriundos de pesquisas e registros administrativos. Através desse estudo, a SEI busca contribuir com os (as) tomadores (as) de decisão ao disponibilizar o diagnóstico da fome e pobreza no estado, as experiências de outras Unidades da Federação, e sugerir direcionadores/apontamentos para o seu enfrentamento considerando a realidade baiana.



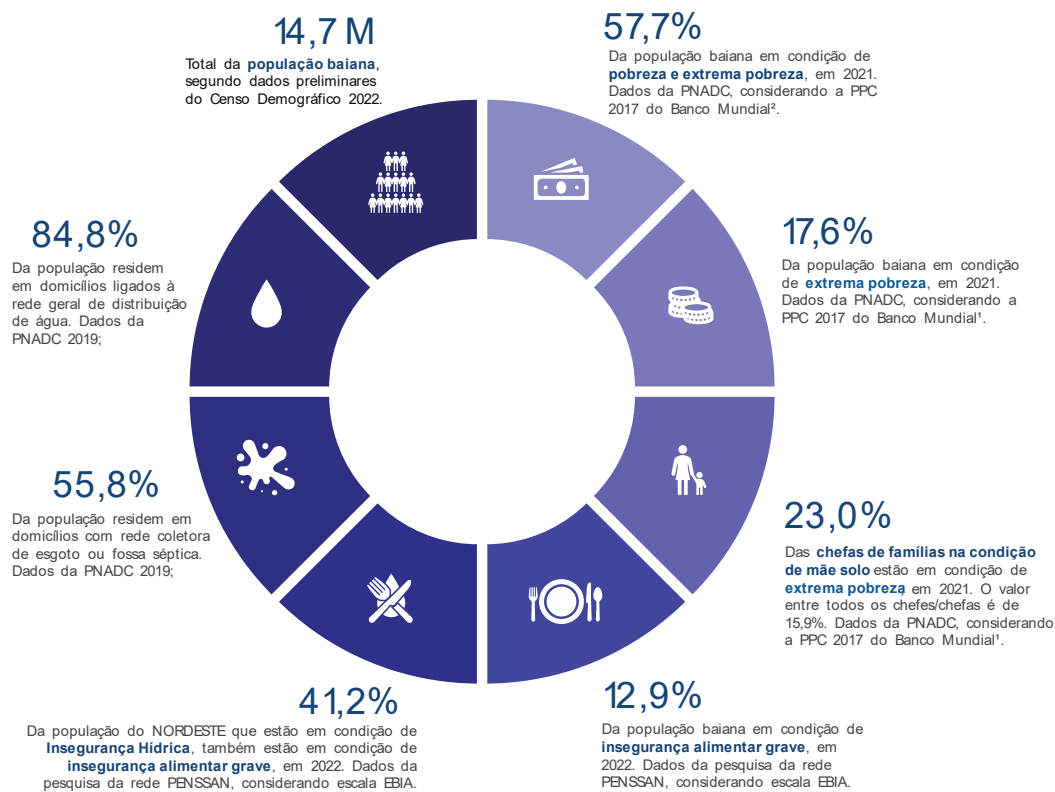
Panorama da fome e pobreza no estado da Bahia

A Bahia possui 14,7 milhões de habitantes, segundo os dados preliminares do Censo demográfico de 2022, distribuídos em uma área territorial de 567.295 km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2022). Mais da metade da população do estado (57,7%) vivia em condição de pobreza ou extrema pobreza, sendo que 17,6% dos baianos encontram-se em situação de extrema pobreza, com rendimento *per capita* menor que US\$ 2,15 por dia¹, em 2021 (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2021; JOLLIFFE *et al.*, 2022). Quando observado o tipo de arranjo domiciliar, 23,0% das residências chefiadas por mulheres que são mães solo estão na extrema pobreza (PNADC, 2021). A insegurança alimentar grave, que se traduz na perversa situação de fome, atinge 12,9% dos baianos, em 2021 (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2022), sendo mais presente na área urbana (14,1%) do que na rural (9,9%). O acesso da população a direitos básicos é desigual: em 2019, 44,2% da população residia em domicílios sem rede coletora de esgoto ou fossa séptica e 15,2% dos domicílios não estavam ligados à rede geral de distribuição de água (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2019), dados que se tornam mais sensíveis quando observado que a insegurança hídrica está fortemente relacionada a insegurança alimentar, segundo relatório da Rede PENSSAN (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2022).

¹ O valor de US\$ 2,15 por dia é definido pelo Banco Mundial como paridade do poder de compra (PPC) e faz referência as taxas de câmbio que representam as diferenças de preços relativos entre os países. Esse valor tem como referência os preços de 2017. A partir do PPC, a linha de pobreza internacional é estimada pobreza mundial. A linha de pobreza internacional define a linha de pobreza nacional típica nos países mais pobres do mundo (JOLLIFFE *et al.*, 2022).

Figura 1

Dados sobre a condição de vida da população - Bahia/Nordeste - 4º tri. 2022



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021), Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2022). Elaboração SEI/Dipeq (2023).

Notas:

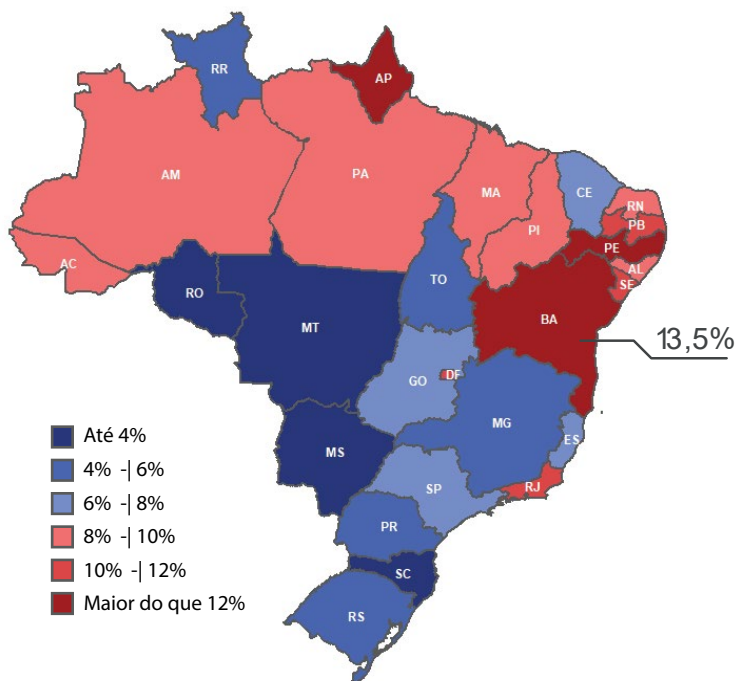
¹ Rendimento per capita menor que US\$ 2,15 (dia) PPC de 2017 (JOLLIFFE et al., 2022).

² Rendimento per capita a partir de US\$ 2,15 (dia) até menos de US\$ 6,85 (dia) – PPC de 2017 (JOLLIFFE et al., 2022).

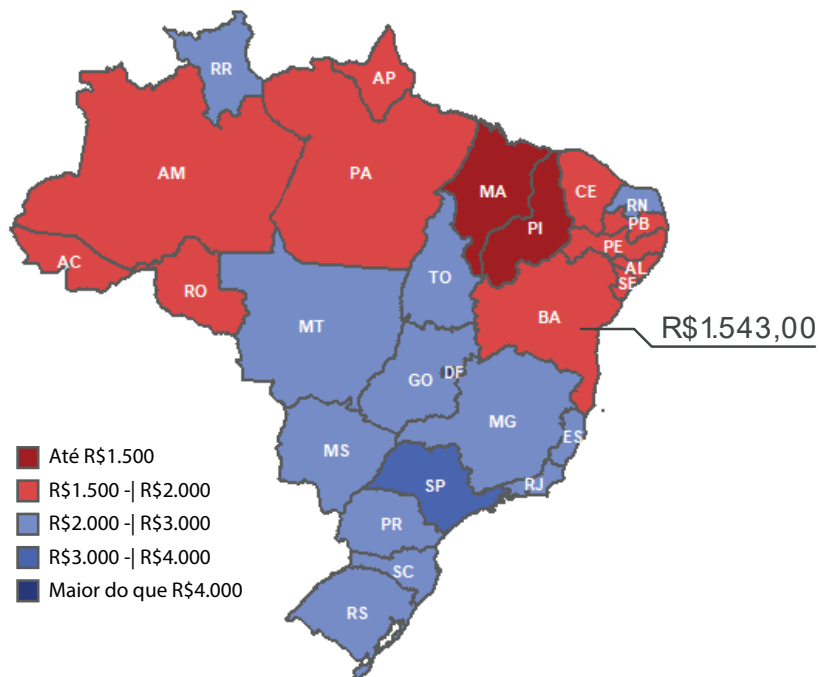
Os dados sobre o mercado de trabalho contribuem para evidenciar ainda mais a vulnerabilidade a qual a população do estado está sujeita. A Bahia é o estado com a maior taxa de desocupação do país e o desemprego, em 2022, atingiu 13,5% da população (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2022). O rendimento médio real do trabalho principal, em 2021, foi de R\$ 1.543,00 (Figura 2).

Desagregando o estado em oito estratos geográficos, definidos pelo IBGE, as maiores taxas de desocupação em 2022 encontravam-se no Entorno Metropolitano de Salvador (18,5%) (que também apresentou a maior taxa em comparação aos 146 estratos de todo o Brasil), no Litoral Norte Recôncavo (15,5%), seguidos de Centro Norte e a capital Salvador, ambos com 14,4% da população desempregada (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2022) (Figura 3).

Figura 2
Taxa de desocupação – Brasil – 4º tri. 2022



Rendimento médio (em R\$) real do trabalho principal^b – Brasil – 4º tri. 2022



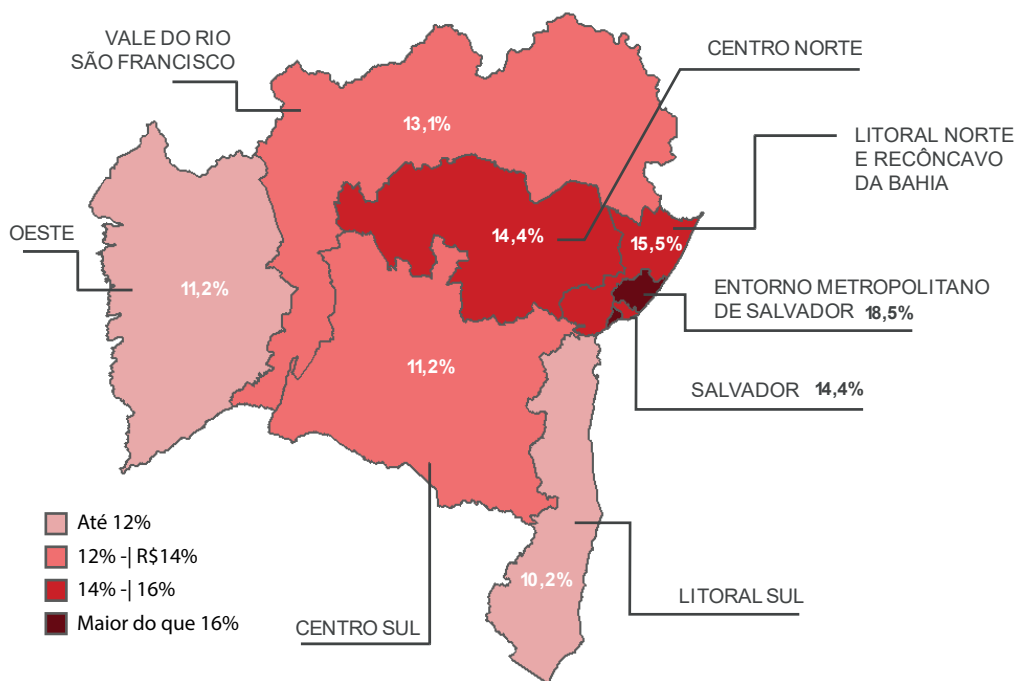
Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022). Elaboração SEI/Dipeq (2023).

(b) Rendimentos deflacionados para reais médios de 2021 (acumulado de quintas visitas).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social em qualquer trabalho.

(2) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas ou sem declaração de cor ou raça.

Figura 3
Taxa de desocupação por Estratos Geográficos - Bahia - 4º tri. 2022



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022). Elaboração SEI/Dipeq (2023).

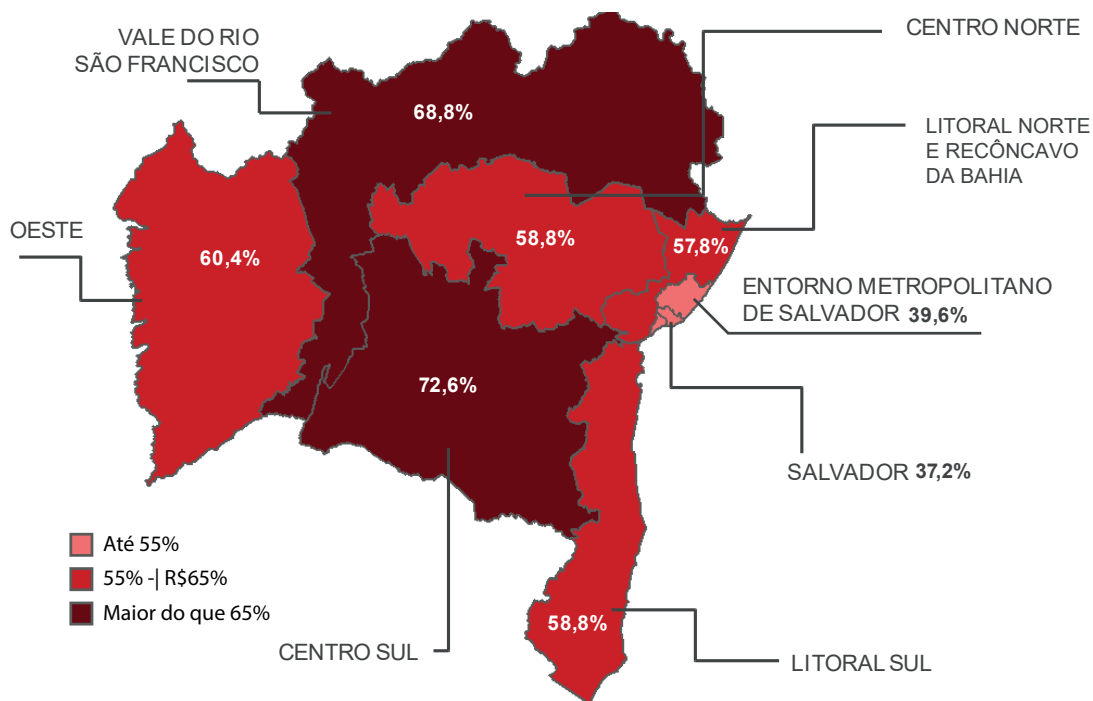
Notas: A partir de 30 de novembro de 2021, essas estimativas passaram a ser divulgadas com base no novo método de ponderação da pesquisa, conforme a Nota Técnica 03/2021. Conseqüentemente, a série histórica deste indicador foi atualizada. Pessoas de 14 anos ou mais.

A informalidade, considerando o conceito utilizado pelo IBGE na Síntese de indicadores sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), definida como a ausência de contribuição para a previdência social², possui impacto na pobreza e na fome, uma vez que, caso aqueles indivíduos com menores rendimentos fiquem impedidos de exercer suas atividades, seja por doença ou conjuntura econômica, serão impelidos a uma condição de menor capacidade de subsistência. Além disso, a ocupação em atividades sem contribuição à previdência social limita as chances de aposentadoria. Na Bahia, a taxa de informalidade foi estimada em 55,9% e os estratos geográficos com as maiores proporções de pessoas exercendo atividades informais, em 2022, foram: Centro Sul (72,6%), Vale do Rio São Francisco (68,8%), e Oeste (60,4%) (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2022) (Figura 4).

Na Bahia 57,7% da população estava em condição de pobreza ou extrema pobreza em 2021, o quinto pior resultado da Região Nordeste e oitavo pior do Brasil. O menor índice do Nordeste foi registrado no Rio Grande do Norte (52,5%); já no Brasil, Santa Catarina apresentou o menor resultado (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2021).

² Para essa conceituação o IBGE adaptou a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a realidade brasileira e considera as seguintes categorias como informais: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021).

Figura 4
Taxa de informalidade por Estratos Geográficos - Bahia - 4º tri. 2022



Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022). Elaboração SEI/Dipeq (2023).

Notas: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição do IBGE, que é uma adaptação à realidade brasileira da conceitualização estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021).

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuam para a previdência social em qualquer trabalho.

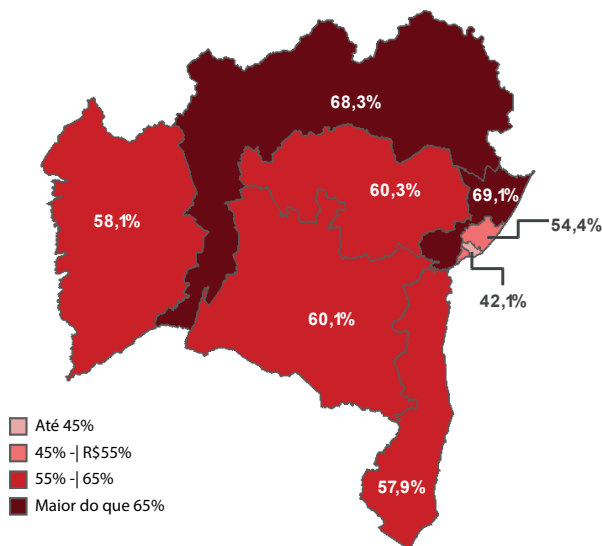
Os resultados apresentados por estratos geográficos são estatísticas experimentais e devem, portanto, ser avaliados com cautela.

Dentro do estado, a pobreza se distribui de forma desigual. Os dados da PNAD Contínua (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2022) para os oito estratos geográficos delineados pelo IBGE revelaram que as regiões do Litoral Norte e Recôncavo da Bahia e do Vale do Rio São Francisco apresentaram os piores índices de pobreza monetária, com aproximadamente 69,1% e 68,3% da população em situação de pobreza ou extrema pobreza, respectivamente, em 2021 (segundo a linha do banco mundial PPC de 2017 (JOLLIFFE *et al.*, 2022)). As regiões destacadas também apresentaram as maiores proporções de pessoas em situação de extrema pobreza com 22,6% e 26,0%, na sequência (Figura 5).

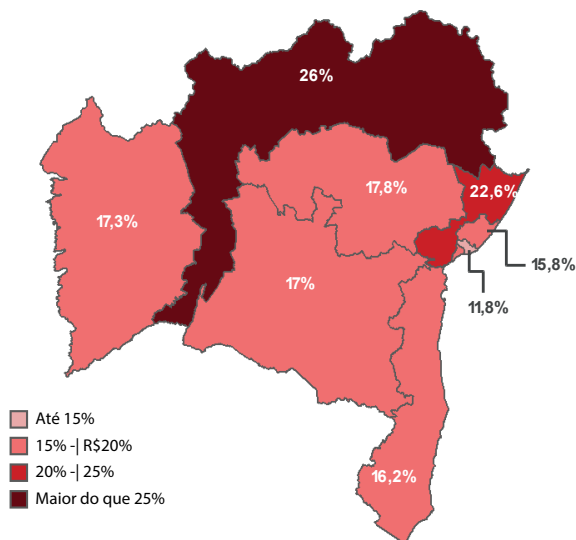
Em 2021, considerando a proporção de pessoas em situação de pobreza extrema (17,6%), a Bahia ocupava a terceira pior posição entre os estados do Nordeste e a quarta pior no Brasil. Na Região Nordeste, a menor proporção de pessoas extremamente pobres foi vista no Rio Grande do Norte (15,0%). No país, o índice mais baixo foi registrado em Santa Catarina (2,4%) (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2021).

Em termos relativos, a extrema pobreza revelou-se mais presente na zona rural do estado ao registrar que 26,2% da população residente estavam sob esta condição, enquanto na zona urbana o percentual foi de 14,2% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2021).

Figura 5
Proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza por
Estratos Geográficos – Bahia – 2021



Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza por Estratos Geográficos – Bahia – 2021



Fontes: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021). Acumulados de 5ª visitas. Elaboração SEI/Dipeq (2023). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Notas: Excluídas as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Rendimento a preços médios de 2021.

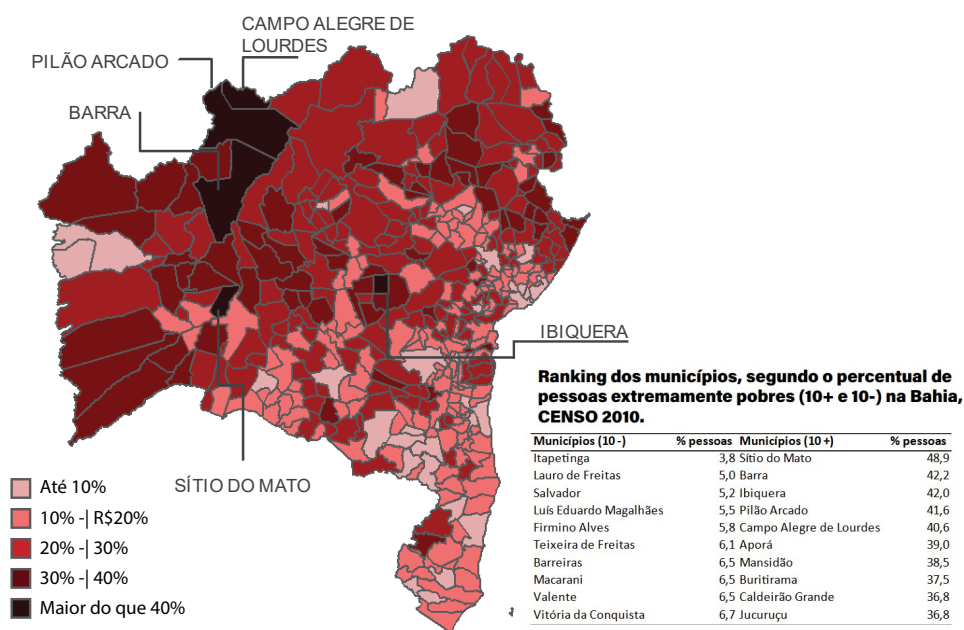
Linhas de extrema pobreza e pobreza estabelecidas a partir do programa de comparação internacional, PPC 2017 (JOLLIFFE et al., 2022), com valores tornados mensais e atualizados para dezembro de 2021 a partir do IPCA, sem a aplicação dos índices regionais. As linhas de extrema pobreza e pobreza equivalem a R\$189,50 e R\$603,60 mensais por pessoa, respectivamente. Resultados preliminares, sujeitos a alterações devido a possíveis ajustes na estrutura de ponderação da base de dados, bem como nos indicadores de deflacionamento.

Os resultados apresentados por estratos geográficos são estatísticas experimentais e devem, portanto, ser avaliados com cautela.

Foram admitidas apenas as estimativas com coeficiente de variação inferior a 30%

Devido aos atrasos da divulgação dos dados do Censo Demográfico de 2022, a condição de pobreza monetária nos municípios foi medida a partir do Censo Demográfico de 2010. Os dados disponíveis no mapa a seguir revelam que os municípios de Sítio do Mato, Barra, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes apresentavam em 2010 os maiores percentuais da população em condição de extrema pobreza. Destaca-se que esses municípios compõem o conjunto de municípios agregados no estrato geográfico Vale do São Francisco que apresentou os piores resultados, segundo a PNAD Contínua, em 2021 (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2021). Esses resultados sugerem que os municípios localizados no estrato Vale do São Francisco não conseguiram apresentar melhora da condição de pobreza da população. Os municípios com as menores proporções de pessoas na extrema pobreza eram Itapetinga, Lauro de Freitas, Salvador, Luís Eduardo Magalhães e Firmino Alves, que tinham menos de 6,0% da população, em 2010, com renda *per capita* familiar inferior a R\$ 70,00.

Figura 6
Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza por município – Bahia – 2010



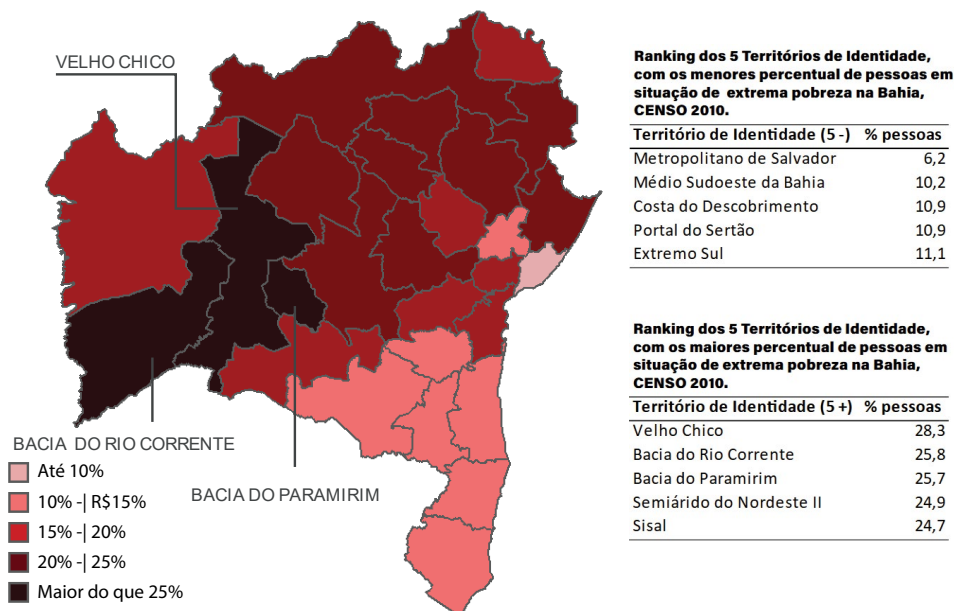
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2012). Resultados da Amostra. Cálculos da SEI. Elaboração SEI/Dipeq (2023).

Nota: ¹ Foram consideradas extremamente pobres as pessoas que obtiveram rendimento domiciliar per capita mensal inferior a R\$ 70 em junho de 2011 e obedeciam aos critérios do MDS que definiam a extrema pobreza.

² Foi considerada a divisão dos 27 territórios de identidade

Analisando a pobreza na perspectiva dos Territórios de Identidade, nota-se que os maiores percentuais da população com renda *per capita* na faixa de extrema pobreza, com base no Censo Demográfico de 2010 (CENSO DEMOGRÁFICO, 2012), foram registrados nas seguintes regiões: Velho Chico (28,3%), Bacia do Rio Corrente (25,8%); Bacia do Paramirim (25,7%), Semiárido do Nordeste II (24,9%) e Sisal (24,7%). A menor participação da população com renda *per capita* de até R\$ 70,00 estava presente nos territórios de Metropolitano de Salvador (6,2%), Médio Sudoeste da Bahia (10,2%), Costa do Descobrimento (10,9%), Portal do Sertão (10,9%) e Extremo Sul (11,1%) (Figura 7).

Figura 7
Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza por
Território de Identidade – Bahia – 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2012). Resultados da Amostra. Cálculos da SEI. Elaboração SEI/Dipeq (2023).

Nota: ¹ Foram consideradas extremamente pobres as pessoas que obtiveram rendimento domiciliar per capita mensal inferior a R\$ 70 em junho de 2011 e obedeciam aos critérios do MDS que definiam a extrema pobreza.

² Foi considerada a divisão dos 27 territórios de identidade

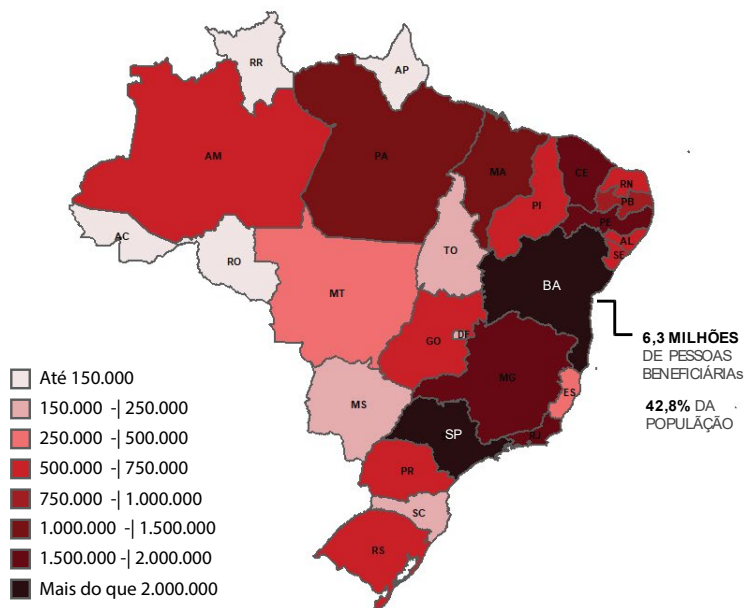
O Cadastro Único (CadÚnico) representa uma importante fonte de informações da população de baixa renda do estado. Embora possua limitações, comum aos registros administrativos, como, por exemplo, permitir apenas conhecer as características daqueles que estão cadastrados, o registro permite a identificação de pessoas vulneráveis e facilita a execução da política, na medida em que permite encontrar as famílias.

O principal programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, aparenta não estar sendo suficiente para afastar a população da fome. Segundo os dados da pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2022), nas faixas de renda com menores rendimentos, a fome era realidade em 32,7% dos domicílios brasileiros em que a família declarou ser beneficiária dos programas.

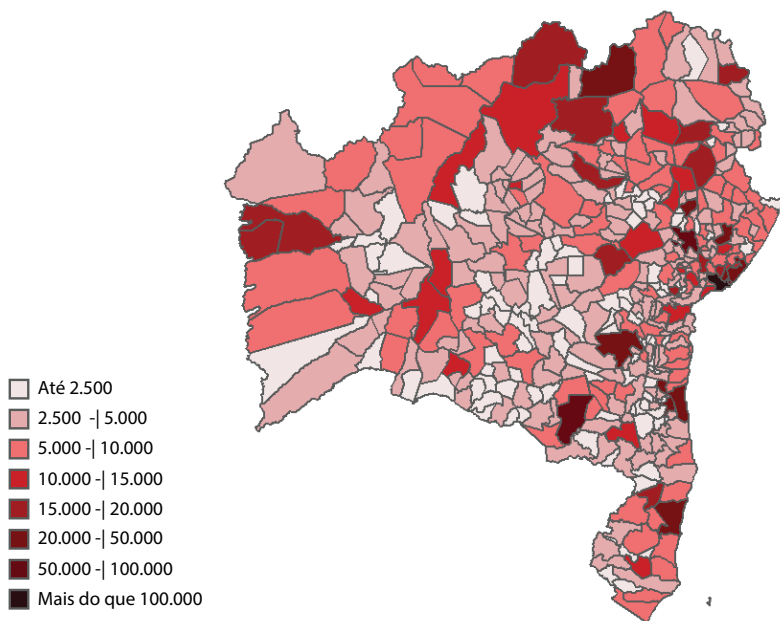
Com base nos dados do CadÚnico de fevereiro de 2023, a Bahia era o segundo estado com o maior número de famílias beneficiárias do programa Auxílio Brasil/ Bolsa Família, com o total de 2.646.130 famílias. A primeira posição foi ocupada pelo estado de São Paulo, com 2.677.837 famílias (BRASIL, 2023). Quando considerado o número de pessoas beneficiárias do programa, o quantitativo sobe para 6,3 milhões (BRASIL, 2023), o que representa 42,8% da população do estado, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Os cinco municípios que reuniam o maior contingente de famílias beneficiárias eram: Salvador (306.842), Feira de Santana (77.928), Vitória da Conquista (52.890), Camaçari (46.314) e Juazeiro (39.603) (BRASIL, 2023).

Figura 8

Total de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil/Bolsa Família por UF – Brasil – 2023



Total de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil/Bolsa Família por município – Bahia – 2023



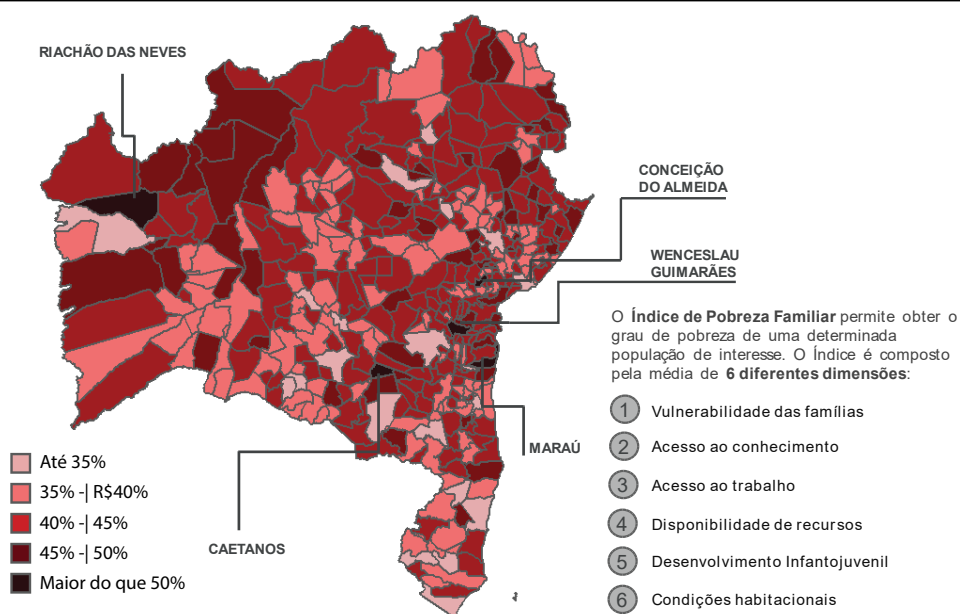
Fonte: Brasil (2023). Elaboração SEI/Dipeq (2023).

Nota: última atualização em fevereiro de 2023

Com base nas informações das famílias que estavam com registro ativo no CadÚnico em 2021 (BRASIL, 2017a), a SEI estimou o indicador de pobreza multidimensional, a partir da adaptação do índice desenvolvido pelo IPEA (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). O Índice de Pobreza Familiar (IPF) permite conhecer o nível de carência da família a partir

de seis dimensões: Vulnerabilidade das famílias (presença de crianças, idosos, ou pessoa com deficiência); Acesso ao conhecimento (escolaridade dos membros da família e analfabetismo); Acesso ao trabalho (presença de pessoas ocupadas e qualidade do posto de trabalho); Disponibilidade de recursos (renda familiar em situação de pobreza ou extrema pobreza); Desenvolvimento infantil (acesso à escola e progresso escolar) e Condições Habitacionais (informações sobre o tipo de domicílio, acesso à água e esgotamento sanitário). Os municípios que concentraram as famílias cadastradas no CadÚnico que apresentaram os maiores níveis de pobreza familiar foram: Riachão das Neves, Maraú, Caetano, Wenceslau Guimarães e Conceição do Almeida. O grau de pobreza para essas localidades variou entre 50,2% e 52,4%.

Figura 9
Índice de Pobreza Familiar por município – Bahia – 2021

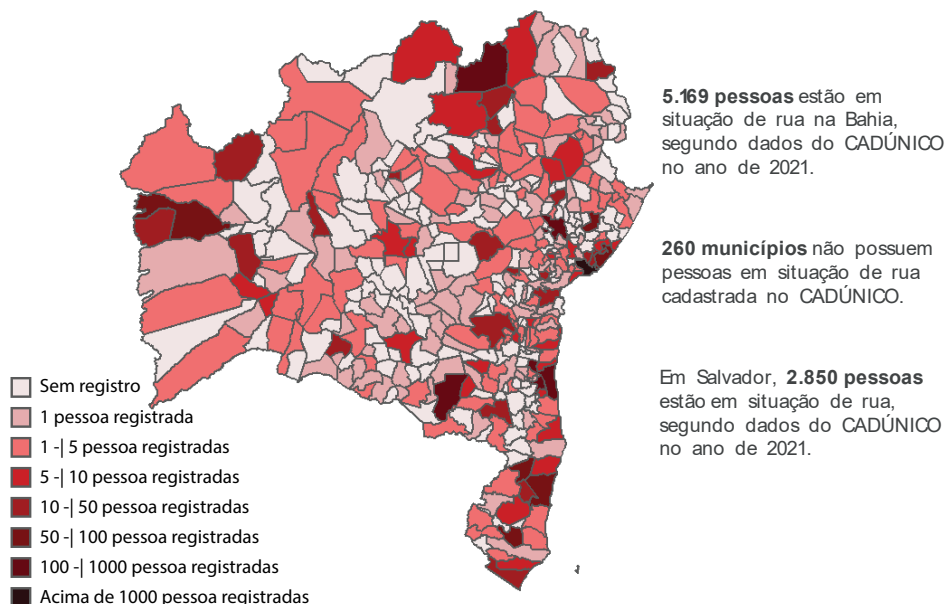


Fonte: Brasil (2017a). Elaboração SEI/Dipeq (2023).

Nota: Resultados produzidos a partir do CadÚnico. Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

A ausência de dados, a partir de pesquisas, sobre populações específicas limitam a capacidade de estimar a magnitude do desafio de enfrentamento por parte do estado. A População em Situação de Rua (PSR) é um exemplo. Devido ao fato de as principais pesquisas sobre a população considerarem o domicílio como unidade de informação, as pessoas que não possuem residência não são contabilizadas. Como a principal função do CadÚnico é permitir o acesso a políticas públicas, é possível conhecer algumas informações sobre aquelas Pessoas em Situação de Rua que foram alcançadas pelas ações de cadastramento realizados pelas prefeituras. Desta forma, com base nas informações extraídas em 2021 (BRASIL, 2017a), havia 5.169 pessoas em situação de rua na Bahia, cadastradas no CadÚnico. Dos 417 municípios do estado, 157 tinham pelo menos uma pessoa em situação de rua cadastrada. Salvador era a cidade com o maior número de cadastrados, abrigando 55,1% do total do estado (2.850 pessoas) (Figura 10).

Figura 10
Totalidade de pessoas em situação de rua por município através do CadÚnico – Bahia – 2021



Fonte: Brasil (2017a). Elaboração SEI/Dipeq (2023).
 Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

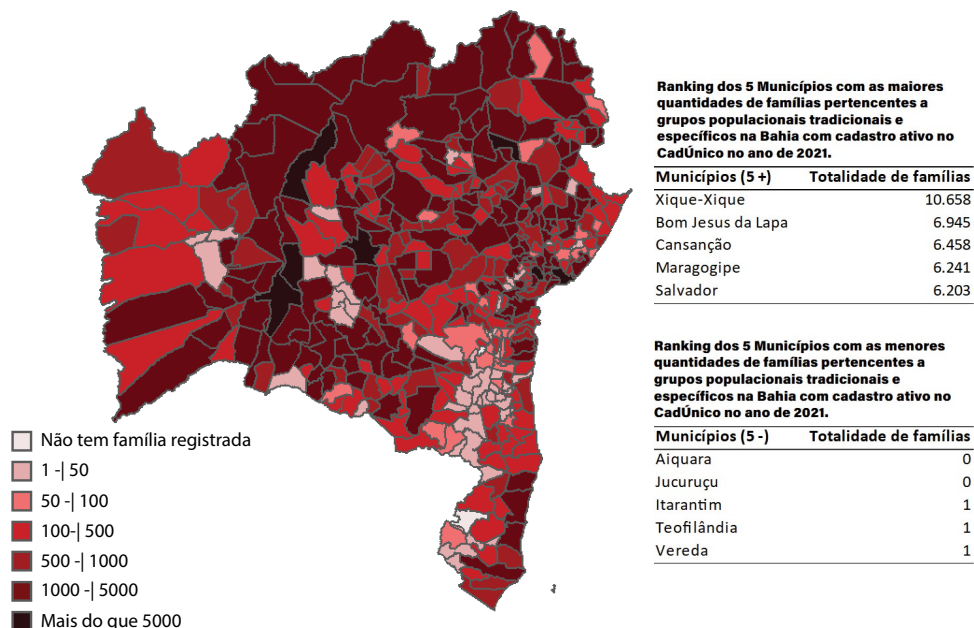
O CadÚnico dispõe de informações sobre os Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTes), caracterização que permite a priorização em políticas. De acordo com o cadastro, são considerados GPTes: Família Quilombola; Família Indígena, Família Acampada, Família de Agricultores Familiares, Família Assentada da Reforma Agrária, Família Atingida por Empreendimentos de Infraestrutura, Família Beneficiária do Programa Nacional do Crédito Fundiário, Família de Catadores de Material Reciclável, Família Cigana, Família Pertencente à Comunidade de Terreiro, Família Extrativista, Família de Pescadores Artesanais, Família de Preso do Sistema Carcerário e Família Ribeirinha (BRASIL, 2017b).

Com base nos dados do CadÚnico de 2021 (BRASIL, 2017a), os municípios no estado que reuniam o maior número de famílias pertencentes aos GPTes eram: Xique-Xique (10.658), Bom Jesus da Lapa (6.945), Cansanção (6.458), Maragogipe (6.241) e Salvador (6.203) (Figura 11).

Os municípios que abrigavam o maior número de famílias pertencentes aos GPTes que estavam em situação de extrema pobreza, cadastradas no CadÚnico em 2021, eram: Xique-Xique (875), Buritirama (661), Paratinga (494), Cansanção (469) e Barra (462) (Figura 12).

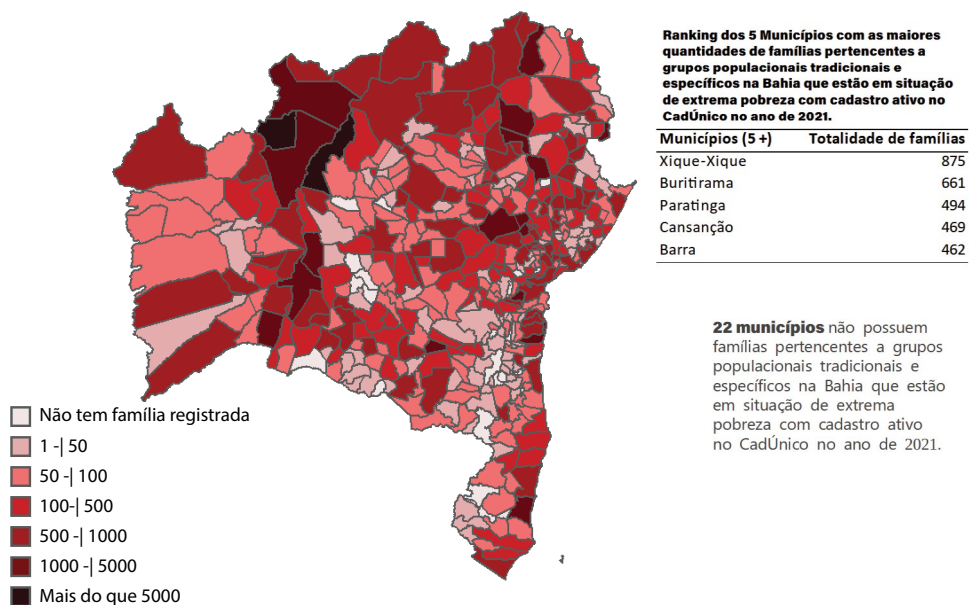
Ainda com base nos dados do CadÚnico (BRASIL, 2017a), em 2021, havia 7.191 famílias cadastradas que declararam pertencer a algum povo indígena. Elas estavam em maior número nos municípios de Porto Seguro (1.178), Santa Cruz Cabrália (885), Banzaê (815), Pau Brasil (764) e Glória (689) (Figura 13).

Figura 11
Total de famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos com cadastro ativo no CadÚnico por município – Bahia – 2021



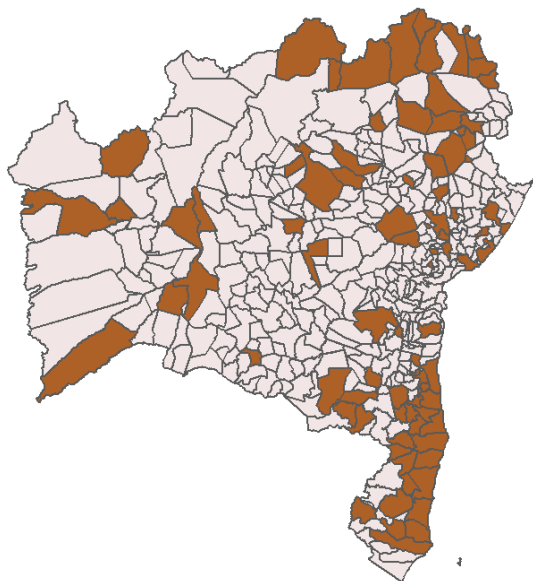
Fonte: Brasil (2017a). Elaboração SEI/Dipeq (2023).
 Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Figura 12
Total de famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos em situação de extrema pobreza com cadastro ativo no CadÚnico por município Bahia – 2021



Fonte: Brasil (2017a). Elaboração SEI/Dipeq (2023).
 Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

Figura 13
Distribuição das famílias indígenas com cadastro ativo no CadÚnico por município – Bahia – 2021



Ranking dos 5 Municípios com as maiores quantidades de famílias indígenas na Bahia com cadastro ativo no CadÚnico no ano de 2021.

Municípios (5 +)	Totalidade de famílias
Porto Seguro	1.178
Santa Cruz Cabrália	885
Banzaê	815
Pau Brasil	764
Glória	689

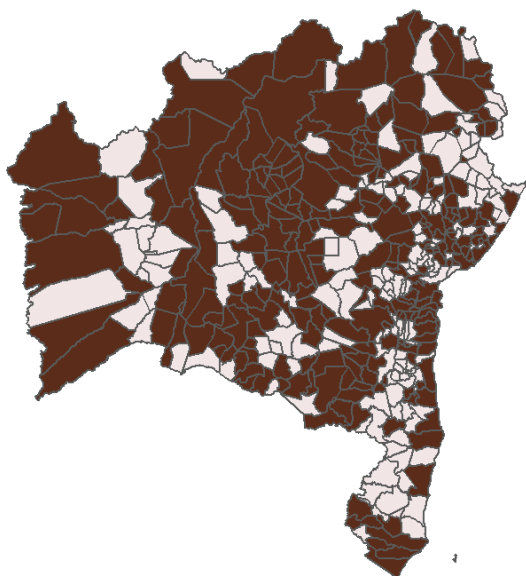
7.191 famílias indígenas na Bahia tem cadastro ativo CadÚnico no ano de 2021.

334 municípios não possuem famílias indígenas na Bahia com cadastro ativo no CadÚnico.

Fonte: Brasil (2017a). Elaboração SEI/Dipeq (2023).
 Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.

As famílias que declararam pertencer a alguma comunidade quilombola totalizavam 45.661 (BRASIL, 2017a). Em sua maioria, essas famílias residiam nos municípios de Campo Formoso (3.196), Senhor do Bonfim (1.903), Bonito (1.884), Filadélfia (1.714) e Vitória da Conquista (1.699).

Figura 14
Distribuição das famílias quilombolas com cadastro ativo no CadÚnico por município – Bahia – 2021



Ranking dos 5 Municípios com as maiores quantidades de famílias quilombolas na Bahia com cadastro ativo no CadÚnico no ano de 2021.

Municípios (5 +)	Totalidade de famílias
Campo Formoso	3.196
Senhor do Bonfim	1.903
Bonito	1.884
Filadélfia	1.714
Vitória da Conquista	1.699

45.661 famílias quilombolas na Bahia tem cadastro ativo CadÚnico no ano de 2021.

168 municípios não possuem famílias quilombolas na Bahia com cadastro ativo no CadÚnico no ano de 2021.

Fonte: Brasil (2017a). Elaboração SEI/Dipeq (2023).
 Nota: Contempla dados disponíveis até 21/05/2021.



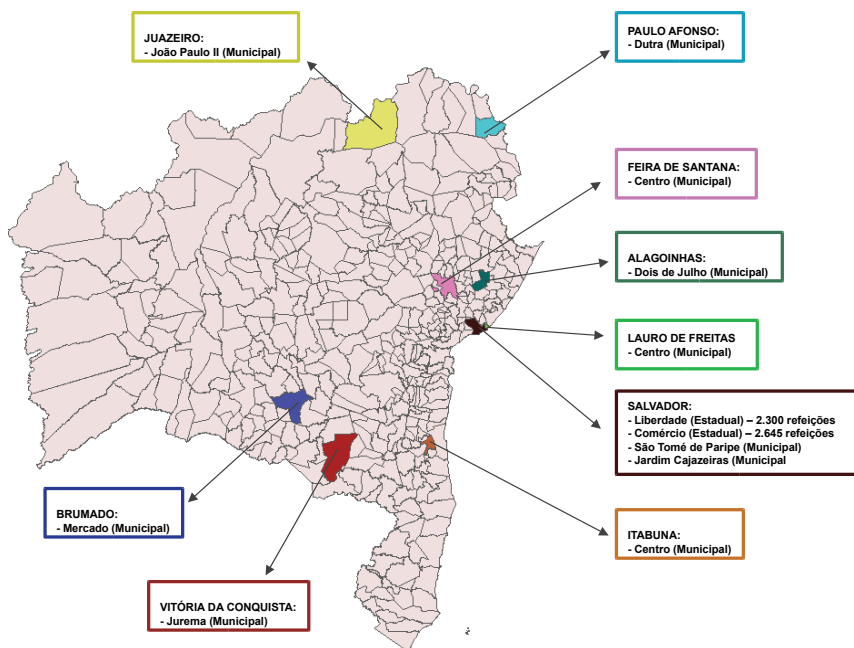


Experiências selecionadas

Foi realizado um levantamento de políticas públicas de combate à fome e à pobreza aplicadas na Bahia e em outros estados. Sem o objetivo de ser exaustivo nesse levantamento, foram selecionadas experiências que podem auxiliar na reflexão do que pode ser feito no estado. De forma geral, as políticas identificadas com resultados positivos estão relacionadas às Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, com destaque para os efeitos positivos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outras ações observadas foram os programas de transferência de renda, semelhantes ao Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, que tinham a função de complementar a renda de beneficiários, ou atender aquelas famílias que teriam o perfil, mas não foram contempladas ou ainda com condicionalidades que promoviam a capacitação profissional de um público-alvo previamente definido. Os valores variaram de R\$ 100,00 a R\$ 600,00 por família e, em alguns casos, havia uma parcela variável que considerava a composição familiar. Em comum, as famílias deveriam estar cadastradas no CadÚnico.

Uma das estratégias de promoção de segurança alimentar comumente utilizadas pelos estados é o fornecimento de alimentação pronta, através dos Restaurantes populares, a baixo custo e subsidiada pelo poder público. Na Bahia, o número de equipamentos desse tipo é limitado. De acordo com o levantamento realizado pela SEI, existem apenas 12 unidades em funcionamento, sendo que apenas duas estão sob gestão do governo do estado.

Figura 15
Restaurantes populares ativos – Bahia – 2023



Fonte: Elaboração SEI/Dipeq (2023).

O Rio Grande do Norte foi o estado do Nordeste que apresentou o maior percentual da população em segurança alimentar (51,2%) e o segundo menor percentual de pessoas em situação de insegurança alimentar grave (10,9%). O levantamento das ações executadas pelo estado foi realizado a fim de identificar possíveis justificativas para garantia de mais da metade da população com acesso regular e permanente de alimentos. Embora as ações selecionadas não tenham sido submetidas à avaliação, são evidências da forma de atuação do governo.

O tema “Nutrição e segurança alimentar” aparece como um dos programas temáticos dos Planos Plurianuais (PPA) do estado desde o exercício de 2008-2011. Para o exercício do PPA 2020-2023, esteve prevista a elaboração de estudos para orientar a diversificação de ações de segurança alimentar e nutricionais conforme as demandas identificadas. Como resultado, duas ações foram noticiadas esse ano: estudos de viabilidade nos Restaurantes Populares, alinhando a oferta e a demanda e proporcionando economia dos recursos destinados; e a incorporação do Programa de Aquisição de Alimentos nas compras dos restaurantes, no qual 30% deverão ser de produtores da região credenciados no programa de agricultura familiar.

O acesso à alimentação subsidiada pelo estado se dá através de três principais programas: Café cidadão (44 unidades em 36 municípios. Fornece café da manhã a R\$ 0,50), Restaurante popular (56 unidades em 34 municípios. Fornece almoço a R\$1,00) e Sopa Cidadã (12 unidades em 8 municípios. Fornece sopa a R\$ 0,50). Juntos, esses programas fornecem 42 mil refeições diárias. O custo anual dos programas é de R\$ 60 milhões e os recursos

são do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop). O primeiro restaurante popular do estado foi implantado em 2003. Outro programa relacionado ao fornecimento de alimentos e vinculado ao PAA é o Programa Leite Potiguar que fornece 5 litros de leite por semana para famílias cadastradas em 167 municípios. O programa incentiva a cadeia produtiva do leite, a agricultura familiar, a agropecuária e a indústria de laticínios, mediante o apoio à produção, comercialização, industrialização e consumo de leite (bovino e caprino). Em 2022, havia 75 mil famílias cadastradas e o orçamento do programa era de R\$ 53,4 milhões. As famílias precisam obrigatoriamente estar inscritas no Cadastro Único; em situação de extrema pobreza, compostas por dois ou mais membros; com crianças na faixa etária de 1 (um) a 7 (sete) anos, 11 meses e 29 dias ou com idosos a partir de 60 (sessenta) anos.

O estado de São Paulo, que concentra a maior população do país, possui uma rede de restaurantes populares conhecida como Programa Bom Prato. Atualmente são 100 unidades, sendo 73 fixas e 27 móveis. As unidades fixas estão distribuídas da seguinte forma: 24 estão na Capital, 21 no Interior, 19 na Região Metropolitana de São Paulo e 9 no Litoral. Fornecem café da manhã ao preço de R\$ 0,50 e almoço por R\$ 1,00.

As unidades móveis servem apenas almoço, pelo mesmo valor dos estabelecimentos fixos, e têm o objetivo de atender as pessoas que não tem condições financeiras de se deslocar até os restaurantes fixos para se alimentar. Desta forma as 27 unidades móveis do programa facilitam o acesso às refeições nas regiões que concentram uma grande densidade populacional, nos bolsões de pobreza, de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. São caminhões do tipo Veículo Urbano de Carga (VUC) que permanecem por três meses nos endereços previamente estudados pelas equipes envolvidas no mapeamento de atendimento do programa. As refeições são preparadas e embaladas nos restaurantes fixos e o transporte dos alimentos é feito em caixas *hotbox* para garantir a segurança sanitária e a temperatura das refeições.

Nessa mesma perspectiva de aliar fornecimento de alimentos e capacitação profissional, o estado de São Paulo utilizou carretas equipadas com cozinhas industriais, que habitualmente são utilizadas para oferecer cursos de qualificação profissional na área gastronômica, para a produção de marmitas a serem distribuídas para pessoas em situação de vulnerabilidade. Essas cozinhas móveis têm capacidade de produção média de 240 refeições por período, mas a produção foi feita de acordo com a demanda local.

Outra ação desenvolvida pelo estado é a concentração de benefícios ações e projetos direcionados para a população mais vulnerável em um programa denominado Bolsa do Povo. Funciona como um Serviço do Atendimento ao Cidadão (SAC) que concentra todos os programas e iniciativas estaduais no qual o cidadão pode acessar o site, inserir o CPF e aguardar ser contatado, caso suas informações cumpram os requisitos para se enquadrar em algum dos programas. Os programas disponíveis são: Programa Renda Cidadã; Bolsa-Auxílio do Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda "Via Rápida"; Programa Bolsa-Trabalho; Programa Ação Jovem; Programa Bolsa Talento Esportivo; e Auxílio-moradia emergencial (Aluguel Social).

A cidade de São Paulo também tem buscado alternativas para o enfrentamento da fome. A prefeitura mapeou mais de 300 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) da cidade que dispõem de cozinhas de caráter comunitário para implementar a Rede Cozinha Escola. O objetivo é fazer parcerias para produção e distribuição de refeições à população em situação de vulnerabilidade na cidade de São Paulo e promovendo também a capacitação profissional nas atividades relacionadas aos serviços de alimentação para e encaminhar essas pessoas para o mercado de trabalho e geração de renda. O projeto Rede Cozinha Escola está previsto na Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Município e foi criada pela Lei 17.819/2022 (SÃO PAULO, 2022). O município irá disponibilizar recursos municipais para as OSCs parceiras custearem o preparo e distribuição de refeições e a capacitação profissional voltada para o planejamento de cardápio, compras, preparo e estoque. Em 2022, um projeto semelhante foi implantado em parceria com Movimento Estadual da População em Situação de Rua, denominado Cozinha Escola Solidária. Em 6 meses de funcionamento foram distribuídas 151.412 refeições e atendidas 1570 pessoas por dia. Os alunos recebem bolsa no valor mensal de R\$ 550,00 e, nesse período, 26 pessoas concluíram os cursos de culinária e panificação, sendo que sete delas tornaram-se MEIs (microempreendedores individuais) e outras dez foram contratadas por empresas.

Em Salvador, a unidade do restaurante popular de São Tomé de Paripe, gerida integralmente pela prefeitura desde 2016, além de ofertar refeições a preços populares, é também utilizada pelo Centro Unificado de Inclusão, Desenvolvimento, Assistência e Referência Social (Cuidar) para fornecer atendimentos referentes ao Serviço Municipal de Intermediação de Mão-de-obra (Simm), Programa Bolsa Família, Programa Primeiro Passo e demais benefícios municipais. Outra iniciativa é o Programa Prato amigo, que funciona como um Banco de alimentos que capta doações diárias de alimentos realizadas por comerciantes da feira de São Joaquim, da Ceasa e donos de supermercados e entrega para instituições cadastradas. Os produtos comumente doados são leite em pó, carnes, peixes, pães, biscoitos, cereais e polpas de frutas que, por algum motivo, não podem ser utilizados para a comercialização, mas que ainda são adequados para o consumo humano. Em 2021 o programa possuía 460 instituições cadastradas e beneficiou 173 mil pessoas no primeiro semestre.



Apontamentos e evidências

Os estudos da SEI, bem como este documento, evidenciam a complexidade e o caráter estrutural que os fenômenos da fome e da pobreza possuem no estado. Por isso, para o seu enfrentamento, são necessárias ações de longo, médio e curto prazos e essas últimas se configuram urgentes, visto que quem tem fome não pode esperar. Diante disso, algumas observações foram elencadas para apoiar as decisões de políticas públicas e as tomadas de decisões, com base nas evidências encontradas, com o intuito de torná-las mais efetivas e eficazes nas estratégias de mitigação ou resolução.

Políticas sociais

- É necessário compreender que as realidades regionais na Bahia são muito diferenciadas, as políticas devem evitar a formulação de ações genéricas e, portanto, pautar projetos, ações e planos adequados às condições locais (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2017);
- É preciso estimular a convergência na construção coletiva de ideias-força regionais, a partir da identificação de aspectos estruturantes que compreendam os processos de desenvolvimento de forma articulada, do ponto de vista social, econômico e político (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019, 2023);
- É relevante a perspectiva de que as lideranças locais reflitam e atuem de forma aderente à realidade, com construções capazes de formar diálogos permanentes com a sua comunidade (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019, 2023);

- É indispensável que esse processo possa ser estimulado por longo período de tempo e que tenha a capacidade de se consolidar social e culturalmente em cada região (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019, 2023);
- É muito importante o papel da educação formal e informal para a formação/consolidação de comportamentos que tendem a gerar um ambiente socioeconômico com menos violência e maior capacidade de aprendizagem, repercutindo em menor número relativo de pobreza multidimensional (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019, 2023);
- Parece ganhar importância, para a compreensão da questão da pobreza e do desenvolvimento social, o reconhecimento das características reais constatadas via pesquisa de campo, do ponto de vista dos valores, normas e outros comportamentos coletivos diferenciados entre regiões estudadas, compreendendo como os seus resultados podem estar associados à sua formação regional (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019, 2023);
- Contribuições de estudos revelam que
 - [...] O principal fator que leva à construção de políticas sociais que impulsionem um novo projeto societário com viés emancipatório é o comprometimento dos que governam e dos demais atores sociais que colaboram com a gestão do programa. (GUERRA, 2010, p. 169).
- Sobre as políticas de combate à fome no Brasil,
 - [...] Até os anos 2000, o Estado brasileiro adotou medidas de enfrentamento à fome por meio de programas e projetos que se caracterizavam por atuarem isoladamente, sem um entrelaçamento entre si, como se a fome não fosse um fenômeno transversal que perpassasse todas as políticas públicas. As ações do Programa Fome Zero, implantadas a partir de 2003, foram responsáveis pela saída do país do Mapa da Fome e consideraram esse caráter transversal para lidar com o problema (CRUZ, 2018, p. 112).
- A descontinuidade de políticas sem prévia avaliação dos seus impactos pode implicar na reversão de melhorias na qualidade de vida das pessoas. Esse agravamento pode ser capitado através da piora dos resultados dos indicadores, embora esse efeito possa não ser imediato.

Políticas de transferência de renda

- As limitações orçamentárias impõem políticas de pobreza e segurança alimentar de maneira focalizada. Os estudos mostram que, quando focalizadas, essas políticas tendem a ser mais exitosas;

- Políticas sociais tendem a ser mais exitosas na medida em que existem poucas instituições entre a entrega dos recursos públicos e o cidadão beneficiário;
- Distribuição de recursos pecuniários permite ao cidadão, beneficiário da política, planejar com liberdade o seu cotidiano, atendendo as suas prioridades;
- Os programas de combate à pobreza, com base na distribuição de renda tem um efeito multiplicador maior, pois boa parte dos recursos são gastos no comércio das comunidades pobres. Por exemplo, a nível nacional, para cada R\$ 1,00 investido no Programa Bolsa Família, o impacto no PIB foi de R\$ 1,78 (NERI; VAZ; SOUZA, 2013). O efeito do programa no PIB municipal foi de R\$ 4,03 (DENES; KOMATSU; MENEZES-FILHO, 2018);
- O acesso para o usuário demandar a política deve ser facilitado;
- Exceto para grupos demográficos específicos como mulheres com filhos, o desincentivo ao trabalho é muito pequeno ou não nulo, o que enfraquece a hipótese sobre o possível “efeito preguiça” gerado pelo recebimento do benefício (OLIVEIRA; SOARES, 2012);
- Programas de Transferência de renda com condicionalidades geram mais efeitos positivos do que os programas sem condicionalidades. Isso porque os indicadores associados as políticas (como por exemplo frequência escolar e vacinação, no Programa Bolsa Família) também apresentam melhora. Recomenda-se que programas de distribuição de renda sejam atrelados a educação e a qualificação para o trabalho, bem como a inserção produtiva desses indivíduos.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

- Estudo do IPEA mostrou que o PAA, a partir de dados agregados para o Brasil, contribuiu para o aumento médio da renda em 13,2%, beneficiando em maior magnitude os agricultores mais pobres, sendo observado um crescimento de 56,8% para os agricultores no 10º quantil de renda (SAMBUICHI *et al.*, 2022),
- O PAA se mostrou uma ferramenta capaz de promover estruturação de cadeias produtivas, além de diversos benefícios no âmbito social (SAMBUICHI *et al.*, 2020);
- Da maneira como está estruturado, o PAA colaborou e colabora para manter a cadeia alimentar viva, como precaução contra os impactos na oferta de alimentos que ocorreu no auge da pandemia e os impactos na demanda que ocorreram após sua fase mais aguda (SAMBUICHI *et al.*, 2020);
- Em relação à diversidade da produção, encontrou-se impacto positivo e significativo do PAA sobre o índice de diversidade e o número de produtos, havendo também redução da especialização e da dependência da renda de um único produto. Estes resultados

indicam que o desenho do programa é adequado para as suas principais finalidades, mostrando efetividade no seu objetivo de apoiar a agricultura familiar e combater a insegurança alimentar no país (SAMBUICHI *et al.*, 2022);

- Distribuir alimentos de forma direta pode criar ineficiências econômicas à medida que concentram as compras dos produtos em grandes fornecedores. Dependendo da localidade, a distribuição de produtos pode inibir as vendas no comércio local;
- Embora tenhamos uma sólida institucionalidade construída, a desarticulação das políticas públicas - de agricultura, redistributivas, intersetoriais e territoriais -, a falta de estruturação dos produtores e instituições locais com os agentes e os territórios, além da desintegração entre a comunidade, segmentos governamentais e sociais ainda constituem uma realidade que persiste na agricultura familiar. O caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no âmbito das escolas públicas estaduais do Rio Grande do Norte entre os anos de 2011 e 2013 ilustram este cenário (DIAS; OLIVEIRA, 2019);
- As Entidades Executoras do estado do Rio Grande do Norte tiveram importante adesão à distribuição dos kits da alimentação escolar e as ações realizadas pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição (CECANES) foram cruciais para atenuar e solucionar as dificuldades existentes em torno do funcionamento do PNAE para a distribuição dos kits da alimentação escolar no estado (SILVA *et al.*, 2021);
- As estimativas mostraram que as compras feitas pelo Governo Federal junto às associações e cooperativas têm efeitos significativos para o crescimento do PIB per capita dos municípios em que ocorre a operacionalização do PAA no estado do RN (0,062% usando MQO agrupado e 0,068% com dados em painel com efeito fixo) (DIAS; ROCHA, 2015);
- É fundamental o
[...] incentivo à pesquisa, à assistência técnica e à formação de cooperativas que sigam a lógica da economia solidária. E que estes incentivos não se restrinjam apenas à agricultura familiar, mas se estendam aos grupos informais urbanos, que recebem o alimento orgânico e estão dispostos a cumprir com a contrapartida de participarem dos cursos profissionalizantes, mesmos com estes não contribuindo para seu efetivo sustento, pois não têm por detrás um planejamento estratégico que pense na viabilidade econômica e na comercialização dos produtos, resultado daqueles cursos. São grupos que reivindicam alternativas, oportunidades e estas somente serão passíveis de serem estabelecidas quando houver maior comprometimento para com estas camadas populares. (GUERRA, 2010, p. 170-171)

Cozinhas Comunitárias

- A maior contribuição das cozinhas comunitárias em relação aos demais programas de Segurança Alimentar e combate à fome é a participação da comunidade e o impacto social (ANTONIO; GUERRA, 2022);
- Estudo realizado junto a comunidades vulneráveis em Salvador identificou avanços quanto à formação cidadã, ao estabelecimento de princípios solidários, igualdade, cooperação, respeito, economia e cuidado com o outro, e à qualificação profissional. Os principais desafios foram: a mobilização e na constituição do grupo, conflitos internos, no escoamento dos produtos e na formalização da atividade (SOLEDADE *et al.*, 2017).

Economia Solidária

- Relevantes contribuições de estudos mostram que, em relação aos mais vulneráveis, [...] As camadas sociais a que nos referimos não querem só a comida, elas clamam por ações que priorizem a geração de trabalho e renda. [...] É neste contexto que entra a economia solidária como potencializadora do processo emancipatório, [...] pois surge não apenas como uma alternativa de geração de trabalho e renda, mas mais que isso, ela representa o resgate das lutas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade contra a exploração na qual são submetidos e ainda, representa uma possibilidade de construção de novas relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza através do trabalho. (GUERRA, 2010, p. 171-172).
- “Para o fortalecimento da economia solidária como potencializadora de uma nova cultura do trabalho é importante a participação da sociedade civil organizada, mas também do Estado como estrutura capaz de fomentar esta outra economia em detrimento à economia de mercado.” (GUERRA, 2010, p. 172).





Limitações e complexidades

- Embora as pesquisas domiciliares, como Censo Demográfico e PNAD Contínua, representem as melhores fontes de dados disponíveis, elas possuem limitações como a periodicidade (o censo está previsto para ocorrer a cada dez anos), possibilidade de desagregação (a PNAD Contínua não permite analisar os municípios, exceto as capitais) e o fato de não estimarem as pessoas que vivem em situação de rua.
- Estratégias que busquem reduzir a pobreza devem considerar, além da renda, os múltiplos aspectos relacionados. A composição da população e o perfil demográfico, por exemplo, são importantes variáveis na definição de políticas que visem à capacitação profissional, visto que a idade e a escolaridade da população da região pode ter impacto sobre o êxito da política, assim como a capacidade do mercado de trabalho local em absorver essa população.
- Recomenda-se a criação de indicadores sintéticos para acompanhamento da política implantada.
- O contingente populacional do município deve ser considerado na formulação de políticas e nas estratégias de monitoramento e avaliação. Municípios com população pequena tendem a ter menor capacidade técnica e de organização popular.





Próximos passos

- Painel InfoVis Bahia: Elaboração de um painel no portal infovis.sei.ba.gov.br com indicadores relacionados com a temática da fome e da pobreza na Bahia;
- Monitoramento de programas de combate à fome: Proposição de um indicador sintético para monitoramento de programas de combate à fome;
- Pesquisa Baiana por Amostra de Domicílios (PBAD): Pesquisa domiciliar da SEI para acompanhamento das condições de vida da população baiana, servindo de insumo para elaboração de diagnóstico e formulação de indicadores para acompanhamento do PPA;
- Temática Fome e Pobreza no Pensar a Bahia: O tema ficará disponível na Plataforma SEIColab para que qualquer cidadão(ã) interessado(a) na temática possa colaborar, além das colaborações que já ocorrem advindas da rede SEIColab de pesquisadores/as, de técnicos/as e de gestores/as. Em paralelo a documentos e contribuições escritas a exemplo do Resumo Executivo, serão gravadas Rodadas de Discussão com especialistas e autoridades governamentais que lidam com o tema.
- Atualização de estudos sobre pobreza com base nos dados do novo Censo Demográfico de 2022.





Referências

ANTONIO, Renan; GUERRA, Lucia Dias da Silva. Cozinhas comunitárias enquanto estratégia política de segurança alimentar, nutricional e combate à fome: uma revisão da literatura. *Journal Manag Prim Health Care*, [s. l.] v. 14, n. spec, 2022. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/1264/1118>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da. Portaria nº 04, de 24 de janeiro de 2023. Cria o Grupo de Trabalho da SEI para elaboração de diagnóstico e produção de evidências científicas a fim de subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas destinadas a erradicação da miséria, redução da pobreza e o combate a fome no Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Bahia, BA, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para discussão, n. 1.227). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16888/1/TD_1227.pdf. Acesso em 14 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. *Manual do entrevistador: Cadastro Único para Programas Sociais*. 4. ed. Brasília: MDSA, 2017a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%2013042017.pdf. Acesso em: 9 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria nº 502, de 29 de novembro de 2017b. Institui a Política de Controle de Acesso aos dados do Cadastro Único para Programas Sociais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 4 dez. 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/cadastro_unico/portarias/2017/portaria_502_29112017.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Programa Auxílio Brasil: quantidade de famílias e valores do Auxílio Brasil – 2021 a 2023. Disponível em: [https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOhIMHqwJOSuqSe9Wp%2BhrNe09Gv17lIja1%2BYW15YmqqdH9%2BaWCEkWWXbWTZ8X5kc3xwoNqlwLNyocnWmKV4mb7nwlJ3g6iv5lzDf2lfiJyZy6mmwrazlai7mnW0n666qpKSnKb fqlbTrH1rcYOprO6eiMKporycbtCen9DgiG%2BvvaJd9Fqwr6qSd9ibz6tTnfF%2BZm55c2qZrbWzpU3J0KjYoVuFu8NlbH9qdLOnwrucn8DEXJI9qY6tf2Voel5a3qXAs1ebzM2fiqKhwZzKb6Kpoa3edLOvo6C8nG7Qnp%2FQ4lhvr72itr%2BauhHkmcDCpo2DlMo%2B%2BqClqahayXqPbqXw%2BtBT3bKmzeC7p527WJDapbzAV4HG1ZTWXYXC666nr6mZqZmdvG54os8k4Namon29v5WvsaFdu567s53wBMSc2V2gICsxnatop5%2Fcnq%2B3m5x30ZjWnqZ94a6h%2F%2FWho9qsbbKmtZjWqy3qn8bqbXauqaij5bW9iQ%3D%3D&ag=e&sag=29&codigo=99](https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOhIMHqwJOSuqSe9Wp%2BhrNe09Gv17lIja1%2BYW15YmqqdH9%2BaWCEkWWXbWTZ8X5kc3xwoNqlwLNyocnWmKV4mb7nwlJ3g6iv5lzDf2lfiJyZy6mmwrazlai7mnW0n666qpKSnKb fqlbTrH1rcYOprO6eiMKporycbtCen9DgiG%2BvvaJd9Fqwr6qSd9ibz6tTnfF%2BZm55c2qZrbWzpU3J0KjYoVuFu8NlbH9qdLOnwrucn8DEXJI9qY6tf2Voel5a3qXAs1ebzM2fiqKhwZzKb6Kpoa3edLOvo6C8nG7Qnp%2FQ4lhvr72itr%2BauhHkmcDCpo2DlMo%2B%2BqClqahayXqPbqXw%2BtBT3bKmzeC7p527WJDapbzAV4HG1ZTWXYXC666nr6mZqZmdvG54os8k4Namon29v5WvsaFdu567s53wBMSc2V2gICsxnatop5%2Fcnq%2B3m5x30ZjWnqZ94a6h%2F%2FWho9qsbbKmtZjWqy3qn8bqbXauqaij5bW9iQ%3D%3D&ag=e&sag=29&codigo=99). Acesso em: 24 mar. 2023.

BURITY, Valéria; MACHADO, Flavio; CUPSINSKI, Adelar. Grande povo Guarani e Kaiowá e a sua luta por direitos e pela vida no Brasil. *In*: OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO: manter as sementes nas mãos dos povos. Brasília: FIAN, 2016. p. 69 – 71. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/watch_2016_article_11_port_grande_povo_guarani_e_kaiowa.pdf. Acesso em: 6 mar. 2023.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: famílias e domicílios: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

COSTA, Joaquim Gonçalves da. Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar. 2018. 700 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/14845/1/Tese_%20Joaquim%20Goncalves%20da%20Costa.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

CRUZ, Samyra Rodrigues da. Características e tendências contemporâneas da segurança alimentar e nutricional no Brasil: do Programa Fome Zero ao SISAN. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/17820/2/Disserta%3a7%3a3o%20-%20Samyra%20Rodrigues%20da%20Cruz%20-%202018%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2023.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 72, n. 3, p. 292-312, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbe/a/z588jkmH7YrWg9PrgMJZpD/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2023.

DIAS, Thiago Ferreira; OLIVEIRA, Erysson Faustino de. Agricultura familiar, políticas públicas e mercados institucionais: uma análise exploratória do programa nacional de

alimentação escolar-PNAE no Rio Grande do Norte. *Holos*, Natal, v. 35, n. 5, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6838>. Acesso em: 28 fev. 2023

DIAS, Thiago Ferreira; ROCHA, Leonardo Andrade. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte-2005 a 2011. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 7, n. 1, p. 16-25, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3515/351556449005.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GUERRA, Janaína da Silva. *O Programa de Aquisição de Alimentos no âmbito do Programa Fome Zero: emancipação ou compensação?*. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/JANAINA.GUERRA_O-Programa-de-Aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-Alimentos-no-%C3%82mbito-do-Programa-Fome-Zero-%E2%80%93-Emancipa%C3%A7%C3%A3o-ou-compensa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 7 mar. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios.pdf. Acesso em: 1 mar. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>. Acesso em: 27 fev. 2023

JOLLIFFE, Dean *et al.* *Assessing the impact of the 2017 PPPs on the international poverty line and global poverty (English)*. Washington, D.C. : World Bank Group. 2022. (Working paper, n. 8).

NERI, Marcelo Côstes.; VAZ, Fabio Monteiro.; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C. (org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013. v. 1, p. 193-206. Disponível em: https://www.org.br/wp-content/uploads/2016/12/efeitos_macroeconomicos_do_bf_ipea.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023

OLIVEIRA, Luis Felipe Batista; SOARES, Sergei. *O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto para discussão, n. 1738). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1161/1/TD_1738.pdf. Acesso em: 6 mar. 2023

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL: microdados 2019. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2019/. Acesso em: 3 maio 2022.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL: microdados 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2021/ . Acesso em: 3 maio 2022.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL: microdados 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2022/. Acesso em: 1 março 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. (Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, n. 2). Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. [São Paulo]: Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1079-1096, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/vhSmZVxSsr8LZVbFMLbJNMR/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* Impactos do programa de aquisição de alimentos aquisição de alimentos sobre a produção dos sobre a produção dos agricultores familiares. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2022. (Texto para discussão, n. 2820). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11615/1/TD_2820_Web.pdf. Acesso em: 6 mar. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura de. Lei nº 17.819, de 29 de junho de 2022. Dispõe sobre o Programa de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de São Paulo, institui o Auxílio Reencontro, a Vila Reencontro e cria o Fundo de Abastecimento Alimentar de São Paulo. *Legislação Municipal da Prefeitura de São Paulo*, São Paulo, SP, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17819-de-29-de-junho-de-2022/consolidado>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SILVA, Rônison Thomas de Oliveira *et al.* Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do

Norte. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 28, p. e021004-e021004, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661897>. Acesso em: 9 mar. 2023.

SOLEDADE, Juçara Alvarindo Brito *et al.* A constituição de uma cozinha solidária, o aproveitamento de perdas pós-colheita e a segurança de alimentos: avanços e desafios no enfrentamento da vulnerabilidade social. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 12, n. 4, p. 1185-1202, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/28209>. Acesso em: 9 mar. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Manchas de pobreza e desenvolvimento regional na Bahia*. 109 p. il. (Série estudos e pesquisas, 101). Salvador: SEI, 2017. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_101.pdf. Acesso em: 6 mar. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Projeto 7 Municípios*. Salvador: SEI, 2019. Disponível em: <https://7municipios.estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Projeto 7 Municípios : processos históricos diferenciados que geraram menor pobreza*. 166 p. il. (Série estudos e pesquisas, 106). Salvador: SEI, 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_106.pdf. Acesso em: 29 mai. 2023.



Foto: Ascom



Glossário

CadÚnico

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. Através do cadastramento as famílias podem acessar diversas políticas promovidas pelo governo federal, estados e municípios.

Cozinhas Comunitárias

Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional que possuem capacidade mínima de produção de 100 refeições diárias, funcionamento mínimo de 5 dias na semana e devem estar instaladas em locais estratégicos (próximo aos Centros de Referência de Assistência Social e outros equipamentos da Rede de Assistência). Para além da garantia de acesso a uma refeição saudável e adequada, desenvolvem atividades de inclusão social produtiva, fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária e ações de educação alimentar e nutricional. Recomenda-se que seja constituído, de forma prioritária, por grupos sociais vulneráveis à fome, como trabalhadores de baixa renda, idosos, desempregados, agricultores familiares oriundos de comunidades de baixa renda, populações desassistidas e que tenham renda abaixo da linha de pobreza.

EBIA

Escala Brasileira de Segurança Alimentar é instrumento com alta validade para o diagnóstico da (in)segurança alimentar no Brasil. É composta por quatro níveis: Segurança Alimentar (acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidades suficientes e sequer se sentiam na iminência de sofrer restrição no futuro próximo); Insegurança Alimentar Leve (Percepção ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e

qualidade adequadas); Insegurança Alimentar Moderada (Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos) e Insegurança Alimentar Grave (Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre adultos e/ou crianças e/ou privação de alimentos; fome).

Estratos Geográficos

Divisão territorial estabelecida pelo IBGE para permitir desagregação dos dados da PNAD Contínua em territórios menores que o estado. Trata-se de dados experimentais que permitem a elaboração de estatísticas de forma desagregada. São 146 estratos de municípios no país. Para Bahia, foram definidos oito estratos.

Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil

Principal programa de transferência de renda do país, o Programa Bolsa Família consistia no fornecimento de transferências monetárias diretas para famílias pobres, condicionando a manutenção dos recebimentos a exigências específicas relacionadas à educação e à saúde. O Programa foi extinto através da medida provisória 1.061 de 9 de agosto de 2021 que instituiu o Programa Auxílio Brasil, com nova estrutura e condicionalidades. Essas informações são importantes por as informações obtidas são referentes ao período das mudanças.

Programa de Aquisição de Alimentos

Programa que tem como finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar através de compras governamentais de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

Rede PENSSAN

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) foi criada em 2012. Composta por pesquisadoras (es), estudantes e profissionais de todo o país na forma de uma rede de pesquisa e intercâmbio independente e autônoma em relação a governos, partidos políticos, organismos nacionais e internacionais e interesses privados. Tem como principal objetivo o exercício de uma pesquisa cidadã comprometida com a superação da fome e a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, na medida em que busca contribuir para o debate público de ações e políticas públicas que visem promover a Segurança Alimentar e Nutricional.

Restaurante popular

Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, têm como objetivo ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis, à população de baixa renda, vulnerabilizados socialmente e em situação de insegurança alimentar e nutricional. De acordo com o governo federal, são direcionados a municípios com mais de 100 mil habitantes que apresentem elevado número de pessoas em situação de miséria ou pobreza. Deverão ser localizados em regiões de grande movimentação diária de trabalhadores de baixa renda formais e/ou informais, como as áreas centrais das cidades próximas a locais de transporte de massa, ou ainda em regiões metropolitanas e áreas periféricas, onde há maior concentração de população em situação de risco ou vulnerabilidade alimentar e nutricional.

